TC 006.515/2013-4
Tomada de Contas Especial

PARECER

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde – Funasa, em razão da não aprovação da prestação de contas do Convênio 385/2001, celebrado com o município de Aiuaba/CE, com vistas à execução de sistema de esgotamento sanitário no distrito de Barra do citado ente municipal.

O valor total do convênio é de R\$ 153.000,00, dos quais R\$ 150.000,00 são destinados à construção do sistema de esgotamento sanitário e R\$ 3.000,00, ao Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (PESMS), de acordo com o plano de trabalho de peça 1, p. 11. Os recursos federais correspondem a R\$ 104.000,00, integralmente destinados à execução do sistema de esgotamento sanitário. A contrapartida do município é de R\$ 49.000,00, dos quais R\$ 3.000,00 são destinados ao PESMS e R\$ 46.000,00, à construção do sistema.

De acordo com o parecer técnico emitido pela Funasa (peça 1, p. 322-326), o objetivo do convênio não foi alcançado, ainda que a entidade tenha considerado atingido o objeto sob o aspecto meramente físico. A Funasa anotou que, devido a falhas na execução da obra, o sistema de esgotamento construído não pode ser usufruído pela população, já que o esgoto coletado não chega, por gravidade, à estação de tratamento de esgotos construída. Ainda segundo o parecer, não foi construído o tratamento preliminar, constituído de grade, caixa de areia e medidor de vazão, tendo sido pontuado, ainda, que as lagoas de estabilização construídas estão em estado de degradação, em vista de sua não utilização e de não haver sido realizada a colocação da grama prevista no projeto.

Pelas razões expostas a seguir, discordamos do encaminhamento oferecido pelo auditor instrutor de peça 32, endossado pelo secretário substituto da Secex/CE em pronunciamento de peça 33.

Baseada nas informações prestadas pela Funasa em resposta à diligência (peça 30), a unidade técnica, nesta oportunidade, entende que o débito deve ser reduzido para o valor de R\$ 79.380,00, quantia esta que, *“calculada aproximadamente, permitiria a conclusão do convênio do ponto de vista de seus objetivos de atendimento à população”* (peça 32, p. 7). Desse montante, R\$ 3.000,00 correspondem ao PESMS, e R\$ 76.380,00 são referentes às seguintes obras de reparo indicadas pela Funasa como necessárias para o funcionamento do sistema de esgotamento sanitário:

- a) limpeza da área da estação de tratamento;
- b) recuperação das lagoas construídas para eliminar os danos causados nos taludes, fundo e coroamento;
- c) construção da estação elevatória e linha de recalque;
- d) construção do tratamento preliminar, constituído de caixa de areia, grade e medidor de vazão; e
- e) desobstrução da rede coletora, dos poços de visita e dos ramais das ligações domiciliares construídos.

A nosso ver, o cálculo efetuado pela unidade técnica não reflete o valor exato do prejuízo verificado nestes autos.

Considerando que está comprovada nos autos a execução de grande parte do objeto conveniado e a prestabilidade da parcela realizada, o valor do débito a ser atribuído ao ex-prefeito, Pedro Roberson Feitosa, deve corresponder à fração não realizada do objeto, conforme preceitua a jurisprudência dominante deste Tribunal de Contas, a exemplo dos Acórdãos 1.960/2015, 1.731/2015, 5.175/2013, 3.336/2011, da 1ª Câmara, 3.324/2015, 5.481/2011, 2.856/2008, 1.521/2007, da 2ª Câmara, e 852/2015 - Plenário.

Conforme já havia sustentado o secretário titular da Secex/CE em pronunciamento de peça 21:

5. Ao que se depreende dos autos, o que teria faltado para o perfeito funcionamento do empreendimento foi uma estação elevatória para assegurar o escoamento do esgoto até as lagoas de estabilização. Tal estação elevatória estava, no entanto, devidamente prevista no plano de trabalho assinado pelo responsável e encaminhado à Funasa, como se vê à pag. 11 da peça 1. Estava prevista inclusive com a correspondente linha de recalque do esgoto, de modo que a alegação do responsável de que houve erro de projeto há de ser considerada improcedente. (...)

(...)

7. O dano atribuível ao ex-prefeito de Aiuaba é sem dúvida o correspondente à não execução da estação elevatória. Até prova em contrário, esta poderá ser finalmente realizada, sanando o problema (...)

Além da estação elevatória, de acordo com o parecer técnico da Funasa de peça 1 (p. 322-326), também não foi construído o tratamento preliminar, constituído de grade, caixa de areia e medidor de vazão.

A não execução dessas parcelas da obra pode ser comprovada pela informação prestada pela Funasa a este Tribunal em resposta à diligência (peça 30, p. 5), que apontou, como dois dos itens necessários para o perfeito funcionamento do objeto, a construção da estação elevatória e da linha de recalque e a construção do tratamento preliminar, constituído de caixa de areia, grade e medidor de vazão.

No entanto, consoante também já tinha verificado o dirigente máximo da unidade técnica (peça 21), no plano de trabalho de peça 1, p. 11, não estão discriminados os valores dos elementos faltantes. Tampouco a Funasa, em seu parecer técnico referente à execução física da obra (peça 1, p. 322-326), identifica o percentual ou o valor nominal dos itens não executados.

Diante disso, entendemos que não é possível, com base nas informações constantes dos autos, quantificar o débito. Consideramos que o montante de R\$ 76.380,00 ora informado pela Funasa como sendo necessário para colocar a obra em funcionamento não reflete o exato valor do dano, pois engloba outros serviços não previstos no plano de trabalho, como limpeza da área da estação de tratamento, recuperação das lagoas construídas e desobstrução da rede coletora, dos poços de visita e dos ramais das ligações domiciliares, os quais precisam ser realizados para recuperar os danos decorrentes do tempo sem funcionamento da obra. Além disso, tal valor reflete o quanto custaria a execução desses serviços no ano de 2014, quando foi feito o levantamento pela Funasa, e não no exercício de 2001, quando foi celebrado o convênio em questão.

À vista dessas considerações, propomos, preliminarmente, para fins de quantificação do débito, realização de nova diligência para que a Funasa informe o percentual ou valor nominal à época dos itens não executados do convênio em questão.

Cumprе salientar que, somente após a obtenção dessa informação, será possível verificar se há débito a ser atribuído também à empresa contratada, já que esta não recebeu a integralidade dos recursos que estavam destinados à construção do sistema de esgotamento sanitário (R\$ 150.000,00). De acordo com os documentos de peça 1 (pp. 290, 302, 304 e 306), foram realizados dois pagamentos mediante cheques à empresa, que totalizaram R\$ 128.122,53.

Assim, se verificar que o valor dos itens executados é inferior à importância recebida pela empresa, significa que esta recebeu por serviços não prestados, razão por que, nesta hipótese, deve

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

responder solidariamente com o ex-gestor municipal pelo débito correspondente ao valor recebido por itens não executados. Todavia, se a empresa recebeu exatamente o valor da parcela realizada da obra, ou montante inferior, não haverá débito a ser atribuído a ela, já que, em nenhum momento, se afirma nos autos que a construtora tenha concorrido para a não execução dos itens faltantes.

Quanto ao mérito, caso Vossa Excelência não acolha a proposta preliminar, entendemos que o desfecho mais adequado para este processo, ante a impossibilidade de quantificação do dano, é o encaminhamento sugerido pelo secretário titular da Secex/CE em pronunciamento de peça 21, com o qual já nos manifestamos de acordo em parecer de peça 22, qual seja: julgamento pela irregularidade das contas do ex-prefeito, com aplicação da multa prevista no artigo 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, em face da não conclusão do sistema de esgotamento sanitário, o que acarretou prejuízo à funcionalidade do objeto do convênio sob análise. Reputamos oportuna, também, a recomendação proposta pelo dirigente máximo da unidade instrutiva naquela oportunidade, no sentido de a Prefeitura Municipal de Aiuaba/CE e a Funasa, de comum acordo, adotarem as providências necessárias à execução dos itens necessários para colocar a obra em funcionamento, pelas razões expostas no aludido pronunciamento:

8. Por fim, no que tange à Funasa, entendo que a entidade poderia ser instada a ter atuação mais efetiva no presente caso. Impende observar que, de acordo com a cláusula oitava do termo de convênio, *“Na hipótese de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, fica facultado à concedente, assumir a execução do objeto do Convênio, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas”*.

9. Considerando isto, penso que a Funasa, e também a Municipalidade de Aiuaba, cujos novos gestores não tiveram participação no logro da estação de tratamento conveniada, poderiam ser recomendadas a, de comum acordo, encontrarem uma solução para o problema em tela, executando a elevatória causadora da presente lide. Anoto que teria fim, também, uma situação extremamente prejudicial à população daquela cidade, uma vez que, segundo consta dos autos, a falta de tratamento do esgoto da localidade de Barra pode estar prejudicando a qualidade da água abastecida à sede do município.

10. O melhor instrumento seria a recomendação formal desta Corte, pois não vejo a necessidade de a Corte continuar monitorando a questão que, além de não ser de grande monta, se desenrola em contexto de evidente atuação primária dos órgãos públicos envolvidos.

Em relação à empresa, no âmbito desta proposta de mérito, também nos coadunamos com o entendimento do secretário esposado no pronunciamento de peça 21 na esteira de excluí-la da relação processual, tendo em vista que não há qualquer indício nos autos de que a construtora tenha contribuído para a ocorrência das falhas que impedem o funcionamento do sistema de esgotamento sanitário. Assim, em acréscimo ao encaminhamento consignado no item 11 da peça 21, propomos o acolhimento das alegações de defesa apresentadas pela empresa GPM Projetos e Construções Ltda., excluindo-a da relação processual.

Ministério Público, em 20 de agosto de 2015.

(Assinado Eletronicamente)

Marinus Eduardo De Vries Marsico
Procurador